

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS
Ibiraiaras - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 10 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS
CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE	658.252	562.670	CIRCULANTE	264.701	227.705
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	2.909	2.884	DEPÓSITOS (NOTA 11)	97.365	87.126
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 05)	58.068	30.362	Depósitos à Vista	64.267	55.352
Carteira Própria	58.068	30.362	Depósitos a Prazo	33.098	31.774
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	322.299	283.447	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	134.048	111.766
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	910	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	1.142
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	67	7	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	134.045	110.624
Correspondentes no país	221	379	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.130	1.063
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	322.011	282.151	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.130	1.063
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	263.687	234.549	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	6.603	7.007
Operações de Crédito	279.112	244.806	Empréstimos País - Outras Instituições	6.603	7.007
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.425)	(10.257)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	25.555	20.743
OUTROS CRÉDITOS	11.255	11.036	Cobrança e Arrecadação de Tributos	33	46
Créditos por Avais e Fianças Honorados	28	17	Sociais e Estatutárias	6.200	4.473
Rendas a Receber	1.610	2.364	Fiscais e Previdenciárias	2.712	2.326
Créditos Específicos	911	800	Diversas (NOTA 14)	16.610	13.898
Diversos (NOTA 07)	9.750	8.796			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.044)	(941)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	34	392			
Outros Valores e Bens	264	467			
(Provisão para desvalorização)	(264)	(106)			
Despesas Antecipadas	34	31			
NÃO CIRCULANTE	116.581	102.459	NÃO CIRCULANTE	376.430	324.373
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	88.490	79.206	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	376.430	324.373
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	87.869	78.243	DEPÓSITOS (NOTA 11)	371.457	318.224
Operações de Crédito	97.306	83.961	Depósitos a Prazo	371.457	318.224
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.437)	(5.718)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.973	6.149
OUTROS CRÉDITOS	551	875	Repasse Interfinanceiros	4.973	6.149
Diversos (NOTA 07)	554	875			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	70	88			
Despesas Antecipadas	70	88			
PERMANENTE	28.091	23.253	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.702	113.051
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	20.136	15.939	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	49.452	41.373
Outros Investimentos	20.136	15.939	De Domiciliados no País	49.458	41.378
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	3.835	3.778	(Capital a Realizar)	(6)	(5)
Imóveis de Uso	3.511	2.602	RESERVAS DE SOBRAS	76.302	62.230
Outras Imobilizações de Uso	5.602	6.142	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.948	9.448
(Depreciação acumulada)	(5.278)	(4.966)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.120	3.536			
Outros Ativos Intangíveis	7.103	5.897			
(Amortização acumulada)	(2.983)	(2.361)			
TOTAL DO ATIVO	774.833	665.129	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	774.833	665.129

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS
CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)						(Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.969	-	36.969	71.907	-	71.907	62.494	2	62.496
Operações de Crédito	32.789	-	32.789	64.114	-	64.114	55.966	2	55.968
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.180	-	4.180	7.772	-	7.772	6.512	-	6.512
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	21	-	21	16	-	16
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(35.784)	(365)	(36.149)	(68.165)	(563)	(68.728)	(46.320)	(450)	(46.770)
Operações de Captação no Mercado	(24.606)	(29)	(24.635)	(47.000)	(46)	(47.046)	(37.161)	(39)	(37.200)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.788)	(336)	(4.124)	(7.338)	(517)	(7.855)	(5.531)	(411)	(5.942)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.390)	-	(7.390)	(13.827)	-	(13.827)	(3.628)	-	(3.628)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.185	(365)	820	3.742	(563)	3.179	16.174	(448)	15.726
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	9.312	3.516	12.828	17.620	6.362	23.982	9.043	5.839	14.882
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.504	5.272	8.776	6.968	9.440	16.408	5.881	5.436	11.317
Rendas de Tarifas Bancárias	1.892	-	1.892	3.747	-	3.747	2.554	-	2.554
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.082)	(896)	(10.978)	(19.044)	(1.358)	(20.402)	(15.942)	(1.142)	(17.084)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(5.137)	(795)	(5.932)	(10.444)	(1.376)	(11.820)	(8.881)	(1.334)	(10.215)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(19)	(232)	(251)	(43)	(417)	(460)	(31)	(235)	(266)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	26.263	446	26.709	47.303	506	47.809	34.045	3.539	37.584
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.109)	(279)	(7.388)	(10.867)	(433)	(11.300)	(8.583)	(425)	(9.008)
RESULTADO OPERACIONAL	10.497	3.151	13.648	21.362	5.799	27.161	25.217	5.391	30.608
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(87)	20	(67)	(295)	20	(275)	(230)	7	(223)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.410	3.171	13.581	21.067	5.819	26.886	24.987	5.398	30.385
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(1.167)	(1.167)	-	(2.245)	(2.245)	-	(1.879)	(1.879)
Provisão para Imposto de Renda	-	(667)	(667)	-	(1.301)	(1.301)	-	(1.132)	(1.132)
Provisão para Contribuição Social	-	(500)	(500)	-	(944)	(944)	-	(747)	(747)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.409	2.004	12.413	21.067	3.574	24.641	24.987	3.519	28.506
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.089	(2.089)	-	2.478	(2.478)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.409	2.004	12.413	23.156	1.485	24.641	27.465	1.041	28.506
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.208)	(1.485)	(16.693)	(18.017)	(1.041)	(19.058)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.136)	-	(1.136)	(1.350)	-	(1.350)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(1.485)	(1.485)	-	(1.041)	(1.041)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.626)	-	(13.626)	(16.197)	-	(16.197)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(446)	-	(446)	(470)	-	(470)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.948	-	7.948	9.448	-	9.448

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS
CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	35.749	45.563	6.533	87.845
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.893	-	(6.391)	(1.498)
Outras destinações	-	-	(142)	(142)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.275	-	-	1.275
Baixas de capital	(544)	-	-	(544)
Resultado do período	-	-	28.506	28.506
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.350)	(1.350)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(1.041)	(1.041)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.197	(16.197)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	470	(470)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	41.373	62.230	9.448	113.051
Mutações do Período	5.624	16.667	2.915	25.206
Saldos no início do período em 01/01/2016	41.373	62.230	9.448	113.051
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.529	-	(9.217)	(1.688)
Outras destinações	-	-	(231)	(231)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.377	-	-	1.377
Baixas de capital	(827)	-	-	(827)
Resultado do período	-	-	24.641	24.641
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.136)	(1.136)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(1.485)	(1.485)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.626	(13.626)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	446	(446)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	49.452	76.302	7.948	133.702
Mutações do Período	8.079	14.072	(1.500)	20.651
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	49.073	62.230	12.228	123.531
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	778	-	-	778
Baixas de capital	(399)	-	-	(399)
Resultado do período	-	-	12.413	12.413
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.136)	(1.136)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(1.485)	(1.485)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.626	(13.626)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	446	(446)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	49.452	76.302	7.948	133.702
Mutações do Período	379	14.072	(4.280)	10.171

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS
CNPJ/MF nº 89.990.501/0001-76

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.804	32.471	29.712
Resultado do semestre/exercício	12.413	24.641	28.506
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	391	7.830	1.206
Provisão para operações de crédito	2.856	8.888	1.681
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(60)	158	106
Provisão para desvalorização de outros créditos	44	105	131
Depreciação do imobilizado de uso	299	563	543
Amortização do intangível	340	622	528
Baixas do ativo permanente	7	8	792
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(5)	20	150
Destinações ao FATES	(2.621)	(2.621)	(2.391)
Dividendos SicrediPar	(469)	87	(334)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(2.608)	14.814	67.056
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.329	-	1.999
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(4.139)	(27.706)	12.890
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.715	910	(910)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(64)	(59)	338
Redução em relações com correspondentes	57	158	31
(Aumento) em operações de crédito	(85.543)	(47.650)	(31.480)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	66.662	21.106	14.254
(Aumento) em outros créditos	(431)	(89)	(2.016)
Redução em outros valores e bens	670	218	404
Aumento em depósitos	8.977	63.472	66.115
Aumento em relações interdependências passivas	733	67	92
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(894)	(404)	686
Absorção de dispêndios pelo FATES	(462)	(1.129)	(659)
Aumento em outras obrigações	6.782	5.920	5.312
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	10.196	47.285	96.768
Aquisição de Investimentos	-	(4.197)	(936)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(238)	(628)	(1.392)
Aplicações no Intangível	(229)	(1.206)	(1.615)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(467)	(6.031)	(3.943)
Integralização de capital	778	1.377	1.275
Baixa de capital	(399)	(827)	(544)
Distribuição de Sobras	-	(1.919)	(1.640)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	379	(1.369)	(909)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.108	39.885	91.916
Caixa e equivalente de caixa no início do período	314.812	285.035	193.119
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	324.920	324.920	285.035

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 28/11/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os passivos tributários foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias; na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias", bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa. Todos os valores foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação entre os exercícios de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	562.751	(81)	562.670
OUTROS CRÉDITOS	11.117	(81)	11.036
Diversos	8.877	(81)	8.796
Ativo Não circulante	102.378	81	102.459
OUTROS CRÉDITOS	794	81	875
Diversos	794	81	875
Passivo circulante	227.705	-	227.705
OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.743	-	20.743
Fiscais e Previdenciárias	2.327	(1)	2.326
Diversas	13.897	1	13.898

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	14.882	-	14.882
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	11.461	(144)	11.317
Rendas de Tarifas Bancárias	2.410	144	2.554
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	52.167	14.889	67.056
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	81.879	14.889	96.768
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	10.946	(14.889)	(3.943)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	2.909	2.884
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	322.011	282.151
Total	324.920	285.035

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	58.068	30.362
Total circulante	58.068	30.362

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	129.972	77.592	207.564	181.911
Financiamentos	11.881	13.436	25.317	25.938
Financiamentos rurais e agroindustriais	137.259	6.278	143.537	120.918
Carteira total	279.112	97.306	376.418	328.767

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	28	-	28	17
Devedores por compra de valores e bens	318	552	870	1.126
Títulos e créditos a receber (i)	6.859	2	6.861	4.905
Total	7.205	554	7.759	6.048

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	135.033	133.139	675	666
Nível B	1,00	151.108	108.009	1.511	1.080
Nível C	3,00	33.912	38.148	1.018	1.144
Nível D	10,00	28.004	42.134	2.800	4.213
Nível E	30,00	20.781	2.925	6.235	917
Nível F	50,00	4.243	3.920	2.122	1.960
Nível G	70,00	1.529	1.348	1.070	944
Nível H	100,00	9.567	5.192	9.567	5.192
Total (i)		384.177	334.815	24.998	16.116

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 911 (2015 - R\$ 800).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				2015	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.845	28.885	40.516	50.479	121.725	111.882
Rural	521	18.753	117.985	6.278	143.537	120.918
Industrial	988	8.489	6.841	7.878	24.196	22.676
Comércio	376	13.552	16.420	20.897	51.245	41.668
Outros Serviços	135	11.330	19.681	12.328	43.474	37.671
Total	3.865	81.009	201.443	97.860	384.177	334.815

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	38.785	10,10	30.163	9,01
50 devedores seguintes	56.950	14,82	44.150	13,19
100 devedores seguintes	52.197	13,59	39.753	11,87
Demais	236.245	61,49	220.749	65,93
Total	384.177	100	334.815	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	16.916	15.104
Constituição de provisão	13.827	3.628
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.834)	(1.816)
Saldo final	25.909	16.916

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.004 (2015 - R\$ 992), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.877 (2015 - R\$ 3.511).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	42	80
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.086	1.632
Devedores por compra de valores e bens	318	332
Devedores por depósitos em garantia	100	67
Impostos e contribuições a compensar	66	143
Títulos e créditos a receber	6.859	4.905
Valores honrados	4	47
Devedores por convênios	14	14
Operações com cartões	37	17
Pendências a regularizar	26	1.337
Outros	198	222
Total Circulante	9.750	8.796

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	81
Devedores por compra de valores e bens	552	794
Títulos e créditos a receber	2	-
Total realizável a longo prazo	554	875

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	264	467
Imóveis	150	-
Veículos e afins	114	-
Bens em regime especial	-	467
Despesas antecipadas	34	31
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(264)	(106)
Total Circulante	34	392

Despesas antecipadas	70	88
Total realizável a longo prazo	70	88

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 264 (2015 - R\$ 106) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	9.797	8.705
Sicredi Participações S.A.	10.325	7.220
Outras Participações e Investimentos	14	14
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	13	13
Total	20.136	15.939

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.348.132 ON	2.340.870 ON	1	1	9.796.565	8.705.365
	6.977.176 PN	4.878.714 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,19%	0,90%	0,63%	0,72%	2,79%	2,54%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	10.325	7.220	1	1	9.797	8.705

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.113	(5.278)	3.835	3.778
Imobilizações em curso	-	144	-	144	855
Terrenos	-	268	-	268	268
Edificações	4%	3.243	(1.256)	1.987	1.217
Instalações	10%	79	(75)	4	4
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.129	(1.483)	646	676
Sistema de comunicação	10%	77	(53)	24	12
Sistema de processamento de dados	20%	2.602	(2.085)	517	523
Sistema de segurança	10%	225	(187)	38	48
Sistema de transporte	20%	346	(139)	207	175
Intangível (i)	5% a 15%	7.103	(2.983)	4.120	3.536
Investimentos Confederação		7.103	(2.983)	4.120	3.536
Total		16.216	(8.261)	7.955	7.314

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	64.267	-	-	64.267	55.352
Depósitos a prazo	19.523	13.575	371.457	404.555	349.998
Total	83.790	13.575	371.457	468.822	405.350

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	134.045	110.624
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	134.045	110.624
Total circulante	134.045	110.624
Recursos do Crédito Rural	4.973	6.149
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.973	6.149
Total exigível a longo prazo	4.973	6.149

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	6.603	7.007
Cooperativa Central Sicredi Sul	6.603	7.007
Total circulante	6.603	7.007

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Obrigações por convênios oficiais	7	5
Provisão para pagamentos a efetuar	4.833	4.034
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	517	497
Provisão para coobrigações (i)	3.593	2.741
Pendências a regularizar	1	1.041
Operações com cartões	6.557	4.542
Demais fornecedores	389	388
Credores diversos	713	650
Total circulante	16.610	13.898

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	210	-	-	210
Cível	286	43	(23)	306
Tributária	1	-	-	1
Total	497	43	(23)	517

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	210	210
Cível	Provável	306	286
Tributária (i)	Provável	1	1
Total		517	497

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 73 (2015 - R\$ 76).

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	49.452	41.373
Total de associados	47.679	44.924

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.079 (2015 – R\$ 5.624), sendo R\$ 7.529 (2015 – R\$ 4.893) via integralização de resultados e R\$ 1.377 (2015 – R\$ 1.275), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 827 (2015 – R\$ 544).

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Ibiraiaras - Sicredi Ibiraiaras RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.886	30.385
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.292)	(12.762)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	67	53
Provisão resgate milhas cartão	5	36
Provisão de PPR	39	(18)
Receita com atos cooperativos	8.848	9.995
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	490
Outros	88	327
Subtotal	9.047	10.883
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.245)	(1.879)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	1
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 05)	58.068	30.362
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	322.011	282.151
Outros Créditos - Rendas a receber	1.024	1.624
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.161	1.774
Investimentos (Nota 09)	20.123	15.926
Intangível (Nota 10)	4.119	3.536
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	139.018	116.773
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.603	7.007
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	6.457	4.716
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7.772	6.512
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	7.717	100
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	42.136	32.352
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.854	5.943
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	578	489
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	5.726	6.326

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	166	0,26%	125
Depósitos a prazo	3.269	0,81%	2.081
Operações de crédito	1.530	0,41%	499

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.063	1.357

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 11.820 (2015 - R\$ 10.215), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.280	1.402
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	40.649	30.815
Reversão de provisões operacionais	4.142	1.103
Outras rendas operacionais	1.738	4.264
Total	47.809	37.584

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	415	666
Contribuição O.C.E.	94	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	244	359
Contribuição Confederação Sicredi	4.059	4.121
Cooperativa Central Sicredi Sul	662	588
Contribuição Sureg	-	680
Encargos da administração financeira	230	190
Repasse Administradora de Cartões	485	340
Outras provisões operacionais	4.248	1.048
Outras despesas operacionais	863	932
Total	11.300	9.008

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	142.685	134.996
Coobrigações em cessões de crédito	82	79
Total	142.767	135.075

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	131.815	112.156
Capital principal - CP	131.815	112.156
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	76.302	62.230
Lucros acumulados	7.949	9.448
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.888	895
Total do capital qualificado	131.815	112.156
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	59.486	55.525
Índice sobre o PR considerando a RBAN	23,32%	22,35%
Situação para o limite de imobilização	6.080	6.432
Índice de imobilização (limite 50%)	4,61%	5,74%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Hilario Dalcim
Diretor Executivo
CPF: 204.172.410-20

Pedro Aiolfi
Diretor de Operações
CPF: 434.591.100-15

Joara Piva Cristianetti
Contadora
CRC: RS-074906/O-6
CPF: 683.495.560-72